

28 NOV 1987

ANC. p. A-2

Luciano Mendes de Almeida

Servir à nação

Em Brasília, o Conselho Permanente da CNBB terminou ontem sua reunião semestral, num clima de oração, estudo e fraternidade. Fez-se a avaliação do ano e aprovou-se a programação para 1988.

O Conselho avaliou a conjuntura que o Brasil atravessa. Reafirmou sua confiança no processo democrático e na atuação da Assembléia Nacional Constituinte.

Em mensagem às comunidades os bispos insistem em recordar a necessidade de consolidarmos a democracia, que assegure a participação do povo e a ascensão dos empobrecidos a condições dignas de vida.

O fundamento de uma transformação social que perdure são os valores, morais e religiosos. Lembra o documento o empenho da Igreja pela vida, que deve ser defendida desde o primeiro momento da sua concepção, da dignidade da família, da liberdade de educação.

Mais uma vez afirma a necessidade de promoção dos direitos dos trabalhadores, de uma autêntica reforma agrária e do solo urbano. Maior ênfase é colocada em favor das populações indígenas, ameaçadas de não terem defesa legal, frente às empresas mineadoras. Durante o encontro, chefes indígenas de todo o Brasil vieram apresentar aos bispos sua angústia e a expectativa de que a Constituição venha ao encontro do direito que eles possuem à terra que sempre lhes pertenceu.

A mensagem manifesta apoio aos missionários, em especial ao bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, recentemente caluniado por causa de seu constante empenho em defesa do índio.

Não raro, a Igreja tem sido questionada sobre a sua posição em favor da reforma agrária. O documento recorda que a doutrina católica não é contra a propriedade, indispensável à dignidade da pessoa humana e que, portanto, deve estar ao alcance de todos. Esclarece que outra é a posição dos que propõem, como a UDR, o direito absoluto à latifúndios sem colaborar para que tenham acesso à terra milhões de brasileiros que dela necessitam.

FOLHA DE SÃO PAULO

A seca volta a flagelar o Nordeste. É lamentável que não se tenha ainda uma opção política firme em benefício desta área sofrida do país. As dioceses deverão reativar o esquema de entreativa que vigorou em anos passados. Em virtude de sua missão religiosa, a Igreja, procurando ser fiel ao evangelho, tem o dever de se empenhar pela transformação das condições injustas de vida por via pacífica. Outro caminho seria inaceitável e pernicioso como a história demonstra.

É por isso que alimenta a esperança de que as atuais dificuldades que a Assembléia Nacional Constituinte enfrenta possam ser vencidas pelo diálogo, que assegure o processo democrático. Os trabalhos das comissões alcançou conquista de valor em muitos pontos.

Fazem os bispos um apelo aos constituintes para que o exemplo de patriotismo e o empenho pela unidade em favor do povo venham reanimar o país em seu processo de democratização.

Mais do que de estudo, estes dias foram de oração na certeza de que a graça de Deus é sempre maior do que nossas dificuldades e limitações.

O povo que lutou e sofreu pela volta da democracia não merece ser frustrado na sua expectativa.

É hora de superarmos pretensões grupais e partidárias.

É hora de grandeza no serviço à nação.